



FINLEV
Sociedade de Crédito Direto S.A

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
com Relatório dos Auditores Independentes



Sumário

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da Administração	5
Demonstrações financeiras	
Balanco Patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e acionistas da
FINLEV Sociedade de Crédito Direto S.A.
Av Almirante Barroso, 700, Sala 404, Marco – Belém/PA
CEP 66.093-031

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras FINLEV Sociedade de Crédito Direto S.A., doravante denominada “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINLEV Sociedade de Crédito Direto S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 07 de março de 2023.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a administração da Finlev Sociedade de Crédito Direto S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 01 de setembro de 2021, a FINLEV obteve autorização para atuar como sociedade de crédito direto de acordo com a publicação no Diário Oficial.

O período de julho a dezembro de 2022 foi marcado por esforços intensos no sentido de aperfeiçoamento de nossa plataforma com a realização de algumas transações de operação de crédito ocorridas apenas a título de teste dos sistemas, das ferramentas e suas funcionalidades.

Daqui em diante o foco é escalar, mas com a atenção totalmente voltada a experiência individual de cada cliente, aliado ao crescimento sustentável e lucrativo.

Belém, 31 de dezembro de 2022.



Demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		<u>1.004</u>	<u>1.000</u>	CIRCULANTE		<u>3</u>	-
Disponibilidades	4	<u>1</u>		Depósitos a Prazo	9	-	-
Disponibilidades		1				-	-
Títulos e Valores Mobiliários	5	<u>990</u>	1.000	Outros passivos	10	<u>3</u>	-
Cotas de Fundos de Investimentos		990	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1	-
Vinculados ao Banco Central		-	1.000	Fiscais e previdenciárias		1	-
Operações de crédito	6	<u>11</u>		Provisão Passivos de Contingência	11	0	-
Operações de crédito		12	-	Credores Diversos País		2	-
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1)					
Outros ativos	7	<u>3</u>		NÃO CIRCULANTE			-
Diversos		3		5. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			-
NÃO CIRCULANTE				6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 12)	12	<u>1.001</u>	<u>1.000</u>
Operações de crédito				6.1. Capital		1.000	1.000
				6.1.1 De domiciliados no País		1.000	1.000
				6.2 Reserva de lucros		0	-
				6.3 Lucros/Prejuízos acumulados		1	-
Imobilizado de Uso							
TOTAL DO ATIVO		1.004	1.000	TOTAL DO PASSIVO		1.004,00	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
e semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	01/07 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
1. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13	61	103	-
Operações de crédito		1	1	-
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		60	102	-
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	-	-
3. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1)	(1)	-
Operações de Crédito PDD		(1)	(1)	-
4. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		60	102	-
5. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(74)	(102)	-
Receitas de prestação de serviços		1	1	-
Outras despesas administrativas	14	(70)	(95)	-
Despesas tributárias		(4)	(7)	-
Outras Receitas Operacionais		(1)	(1)	-
6. RESULTADO OPERACIONAL		(14)	1	-
7. RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
8. RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(14)	1	-
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social		3	-	-
10. LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		(11)	1	-
Lucro por ação		(0,011)	0,001	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	01/07 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
1. LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-11</u>	<u>1</u>	-
1.1 Outros Resultados Abrangentes		-	-
2. TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-11</u>	1	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO 01/01/2021	1.000	-	-	-	1.000
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO 31/12/2021	1.000	-	-	-	1.000
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	-	-
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO 01/01/2022	1.000	-	-	-	1.000
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	-	-	1	1
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO 31/12/2022	1.000	-	-	1	1.001
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2022	-	-	-	1	1
SALDOS NO FIM DO PERÍODO 30/06/22	1.000	-	-	12	1.012
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	-	-	11	11
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO 31/12/2022	1.000	-	-	1	1.001
MUTAÇÕES DO 2º SEMESTRE 2022	-	-	-	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
e semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	01/07 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do período	-11	1	-
Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	1	-
Varição de Ativos e Obrigações	10	(1)	-
(Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	104	11	-
(Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-12	(12)	-
(Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-3	-3	-
Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-1	1	-
Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	-78	2	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	0	1	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	-	-
Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	-	1.000
Varição no caixa e equivalentes de caixa	-	1	1.000
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1	1	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

FINLEV SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018. Tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio; análise de crédito, inclusive para terceiros; cobrança de crédito, inclusive para terceiros, e cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadora e demais hipóteses previstas na lei em vigor.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, Lei do Sistema Financeiro Nacional (nº 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021, de maneira prospectiva.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 02/03/2023.

3. Principais critérios contábeis adotados

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Operações de Crédito



As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar, conforme nota explicativa nº 6.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

g) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

h) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

31/12/2022 31/12/2021

Depósitos bancários	1	-
Disponibilidades totais	1	-



5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.

31/12/2022 31/12/2021

Cotas em fundos de investimentos	990	-
Títulos e Valores Mobiliários	990	-

6. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos valores abaixo. As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento, ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	12	-	12	-	-	-
(-) Provisão pra créditos de liquidação duvidosa	12	-	12	-	-	-
	(1)	-	(1)	-	-	-
	11	-	11	-	-	-

a) Classificação por nível de risco e provisão

	31/12/2022										%
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
Empréstimos	-	-	-	4	8	-	-	-	-	12	100%
TOTAL	-	-	-	4	8	-	-	-	-	12	100%
% da Carteira	-	-	-	33	67	-	-	-	-	100	100%
Provisão	-	-	-	0	1	-	-	-	-	1	

b) Classificação por prazo de vencimento

	Prazo de Vencimento						Total
	31/12/2022						
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	A vencer de 5 a 15 anos	
Empréstimos	0	4	8	0	0	0	12
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	4	8	0	0	0	12



e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 01 de janeiro	-	-
Provisão constituída no exercício	1	-
Provisão revertida no exercício	-	-
Saldo final	1	-

7. Outros créditos

Os saldos de R\$ 3 mil de devedores diversos é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL a restituir	3	-
Devedores diversos	-	-
	3	-

8. Ativo intangível

A instituição não possui, no momento da publicação, ativo imobilizado próprio.

9. Outras obrigações

O montante de R\$ 3 no período atual representa, principalmente, as obrigações oriundas dos serviços utilizados na manutenção das atividades da Instituição, tais como os salários e demais encargos e os tributos incidentes sobre as operações.

11. Passivos contingentes

Pela sua recente constituição, a instituição não possui passivos contingentes de qualquer natureza, não havendo litígios com probabilidade de perda possível ou provável a serem apresentados ou provisionados.

12. Patrimônio líquido

Capital Social: o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) e pertencente a acionistas domiciliados no País. Ele é representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: no 1º Semestre a instituição apresentou R\$ 11 mil reais de lucro.

No 2º semestre apresentou prejuízo no valor de R\$ 10 mil reais, totalizando 1 mil reais de resultado líquido positivo antes das destinações obrigatórias.

Dividendos: conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.



13. Resultado da Intermediação Financeira

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2º Semestre	2022	2021
Operações de crédito	1	1	-
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	60	102	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1	-1	-
Total	60	102	-

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2º SEM	2022	2021
(-) DESP. DE PROCESSAMENTO DADOS	26	27	-
(-) DESPESAS DE PROMOCOES E RE			-
(-) DESP. DE SERVICOS DO SIST FINANC		1	-
(-) DESPESAS DE PROPAGANDA E P			-
(-) DESPESAS DE SERV. DE TERCEIROS	29	46	-
(-) DESPESAS DE SERVICOS TECNICOS	12	16	-
(-) DESPESAS DE VIAGEM NO PAIS			-
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3	5	-
Total geral	70	95	-

15. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Não identificado transações com partes relacionadas.

GERENCIAMENTO DE RISCO

A Finlev iniciou suas operações em base de testes no segundo semestre de 2022. Sua estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos se encontra em fase de implementação.

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associados ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de análise do risco de crédito contemplará métodos criteriosos de modo a assegurar a mitigação desse risco.

Risco de liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, incapacidade de a instituição honrar seus compromissos financeiros.

A gestão do risco de liquidez pela Finlev consistirá em um conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização na utilização dos recursos disponíveis.



Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Estão sendo implantados diferentes níveis de controles internos com o objetivo de monitorar todas as atividades geradoras de riscos. Serão feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação serão definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Risco social, ambiental e climático

Os riscos social, ambiental e climático se relacionam aos potenciais danos que uma atividade pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Riscos sociais, ambientais e climáticos associados às instituições financeiras, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos, reflexo das relações de negócios estabelecidas com clientes responsáveis por danos socioambientais.

Para mitigar esses riscos, todas as operações de crédito serão analisadas criteriosamente objetivando estabelecer mecanismos que mitigam sua probabilidade de materialização.

Risco de segurança cibernética

A possibilidade de ocorrência de incidente de segurança relacionado ao ambiente cibernético que cause danos ou coloque em risco a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados da Finlev ou por ela controlados será devidamente monitorada e controlada. A instituição adotará diversos mecanismos de controle, dispostos em sua Política de Segurança Cibernética, que mitigam satisfatoriamente o risco.

Gestão de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Finlev contemplará mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

Risco de mercado

As medidas de mitigação do risco de mercado, atendendo ao grau de exposição da instituição, têm como base a diversificação dos produtos das carteiras ativa e passiva, bem como o estabelecimento de spreads mínimos pretendidos para cada produto, considerando as taxas de juros cobradas nas concessões de crédito e as taxas juros praticadas na captação de recursos, objetivando manter o equilíbrio na relação entre risco e retorno.



Limite operacional (Basileia)

Por se enquadrar no Segmento S5, a Instituição adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em **90,96%**.

2022	
Patrimônio De Referência (PRS5)	1.001.158
RWAS5	1.100.605
Índice Basileia	90,96%